

REQUERIMENTO N.º: /2008.

(Deputada Iriny Lopes e Deputado Domingos Dutra)

Requer, nos termos regimentais, que seja realizada audiência pública para discutir a questão da ocupação da reserva Raposa Serra do Sol.

Requeiro à Comissão de Direitos Humanos, nos termos regimentais, e em caráter de urgência, realização de audiência pública para discutir as consequências da suspensão da retirada da população não indígena da reserva Raposa Serra do Sol, convidando: o Ministro da Justiça Tarso Genro, a Subprocuradora Geral da República Déborah Macedo Duprat de Britto Pereira, o antropólogo Paulo Santilli e a antropóloga Nádia Parage.

JUSTIFICAÇÃO

É absolutamente necessária a discussão sobre a suspensão da retirada da população não indígena da reserva Raposa Serra do Sol. Esta decisão é uma estratégia ardilosa de condenação dos índios, para confiscar-lhes suas terras. Não difere muito da forma utilizada durante o período colonial, quando, para justificar a chamada “guerra justa”, se acusava os índios de praticarem delitos, toda vez que existia o interesse de avançar sobre suas terras e de buscar mão-de-obra escrava.

O processo de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, é o mais antigo e conturbado da história do Brasil. Em 2005, a reserva foi finalmente demarcada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva – com um território de 17 000 quilômetros quadrados. Há trinta anos, o então território era ocupado majoritariamente por índios, que viviam em harmonia com os brancos. Os inimigos dos povos indígenas tentaram impedir o cumprimento da lei.

As autoridades do Estado de Roraima tentaram inviabilizar a demarcação das terras indígenas e fizeram isso, por meio de apoio a invasão dos arrozeiros, que a partir de 1994 se instalaram na área, premiando-os com a isenção de impostos e buscando respaldar seu lucrativo negócio com ações na justiça contra os direitos indígenas, como fazem até hoje.



782A24B752

Os adversários dos povos indígenas promoveram em plena luz do dia guerra de guerrilha veiculada por todos os meios de comunicação de massa do País.

As demonstrações de violência ao em vez de receberem a repulsa imediata das instituições jurídicas, foram premiadas por uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendendo a retirada dos arrozeiros.

Ontem (05-05-2008) pistoleiros, a mando dos inimigos dos índios voltaram a atacar, ferindo 10 indígenas. Novamente os aliados dos arrozeiros tentaram premiá-los com a bizarra alegação de que a ação foi legítima, em face das provocações dos índios contra a decisão do STF.

Diante do retrocesso que a decisão pode ocasionar para o futuro dos indígenas, torna-se urgente a realização desta audiência.

Sala das Sessões, em de maio de 2008.

“Justiça se faz na luta”

Deputada Iriny Lopes

e

Deputado Domingos Dutra



782A24B752